

Reuniões desgastam Arinos

“Por favor, não insista. Não quero falar nada”. Acompanhado por um único assessor, passos acelerados, o presidente da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte deixou ontem, às 13h30, o Congresso Nacional, onde chegou no início da manhã para receber e ler o projeto do relator Bernardo Cabral. Visivelmente cansado e abatido pela discussão em torno das acusações da deputada Sandra Cavalcanti, de que o relator teria “ajudado de má fé”, alterando o conteúdo das propostas das comissões temáticas, Arinos fez a leitura da nota fiscal, assinada por todas as lideranças, desmentindo as acusações e saiu sem dar nenhuma declaração.

O desgaste físico do senador Afonso Arinos era a principal preocupação dos seus assessores, que aguardavam na porta do auditório da liderança do PMDB na constituinte o término da reunião de líderes. Primeiro faltou aparelho de som, e o senador não conseguiu vencer o barulho do ar condicionado para iniciar os trabalhos. Ligados os microfones, a sala ficou a tal ponto resfriada que, do lado de fora, os assessores temiam pela saúde do senador. Durante as três horas de debates a temperatura, no interior do auditório, sofreu várias mudanças abruptas, resultado do liga-e-desliga do ar condicionado para desespero dos assessores de Arinos.

O início da fase mais intensa de trabalhos da Comissão de Sistematização encontrou o seu presidente pressionado pela debilidade física e pela falta de assessores. Segundo o chefe de gabinete de Arinos, Ferro Costa, o senador está praticamente sozinho já que a mesa da Comissão de Sistematização não atendeu até agora uma solicitação para que três pessoas fossem transferidas para prestar assessoria direta a Arinos. A secretária da mesa, Maria, informou que os ofícios foram encaminhados pelo Correio.

No final desta semana, mais uma vez Arinos foi tratado com displicência pela Secretária Maria Laura. Solicitou quatro credenciais para a reunião e votação que começou ontem e teve seus pedidos negados com o argumento de que haviam terminado os chachás. Submetido ao que Ferro classificou de “bóicote por parte de pessoas que se acham donas da Constituinte”, Arinos, segundo o seu chefe de gabinete, não está em condições de reagir a política baixa que está se travando nos bastidores do Congresso. “Ele é um magistrado, acostumado a outra prática política. Não tem forças para reagir a esse tipo de atitude. Prefere calar e acatar o que for decidido”.

DÍVIDA EXTERNA

Constituinte pode proibir sua transformação em investimento

Se o plenário da Assembleia Nacional Constituinte aprovar o projeto de decisão do deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), que proíba a conversão da dívida externa em investimentos na forma de capital de risco, ao voltar-lo nos próximos dez dias, estará esvaziando antecipadamente um dos trunfos que o ministro Bresser Pereira, da Fazenda, levava para a mesa de renegociação de juros e do principal do débito brasileiro.

Aprovado por maioria simples pela Comissão de Sistematização, em sessão iniciada às 19h30 de anteontem — votaram sim 42 constituintes e seis votaram contra — projeto de decisão tem o apoio da esquerda do PMDB, que festejou sozinho a aprovação, já que os conservadores e moderados se retiraram momentos antes da votação. Segundo o deputado Paulo Ramos, haverá muita negociação política antes que o projeto de decisão seja submetido ao plenário.

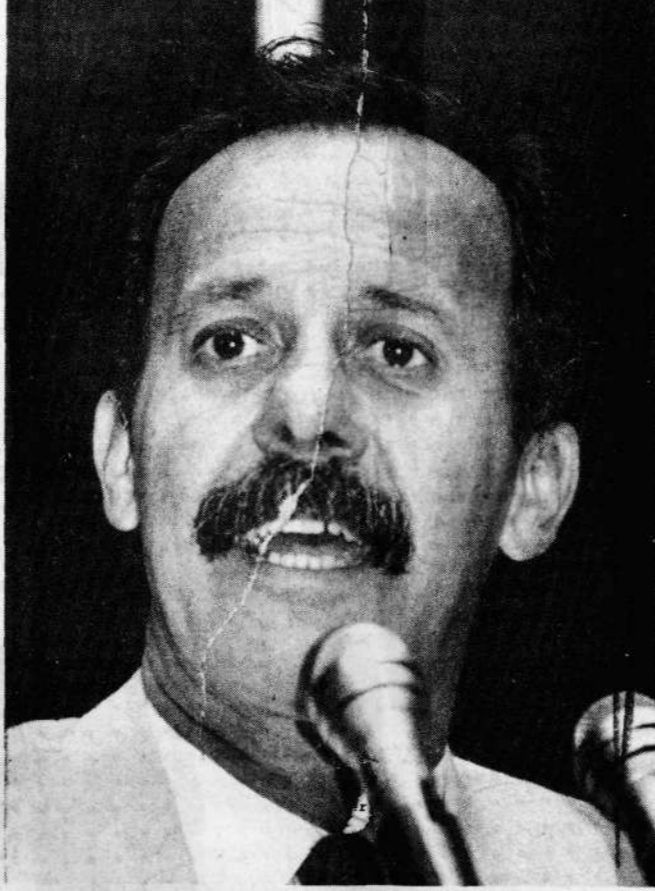
O projeto de decisão é um mecanismo aprovado por maioria absoluta de votos (280) que permite à Constituinte legislar sobre todos os assuntos, paralela ou concorrentemente com o Poder Executivo. Aprovado, a decisão tem força de emenda constitucional ou de lei.

TRUNFO

A conversão de créditos financeiros em investimentos de risco é um trunfo que o governo guarda no bolso para exibir durante as longas e difíceis negociações que manterá, dentro de algumas semanas, com os bancos privados internacionais, em torno do programa de renegociação multilateral do principal da dívida e do refinanciamento de US\$ 7,3 bilhões de juros de 1987 e 1988.

Em virtude disso, os estudos em andamento na Comissão de Valores Mobiliários e no Banco Central a respeito da matéria, indicando as alternativas, as condições e o custo da conversão, continuarão sendo objeto de exame nos respectivos órgãos, sem, contudo, atingir o nível decisório, a não ser no momento apropriado.

LUÍZ MARQUES



Com seu projeto de decisão sobre a dívida externa, o deputado Paulo Ramos (RJ), da ala esquerdista do PMDB, colocou formigas na horta do ministro Bresser Pereira, que vai negociar a dívida com os credores

Embora a conversão faça parte do pacote brasileiro para a negociação com os bancos privados credores, a estratégia de política monetária adotada pelo Plano Bresser, que prevê um rígido controle da variação dos principais agregados monetários — meios de pagamento (M1) e base monetária — inclusive com a prévia definição de metas trimestrais, as quais serão acompanhadas via metas mensais, é considerada um obstáculo.

Como a conversão significa o ingresso líquido de dólares que vão compor as reservas externas, é indispensável o lançamento do seu contravalor em cruzados no mercado interno, o que é feito pelo Banco Central através de emissão de base monetária, ou moeda. Evidentemente, quanto maior o ingresso de dólares via conversão, maior será a expansão da base monetária para atender às contas cambiais.

Resalte-se ainda que o retorno aos superávits comerciais ao patamar de US\$ 1,0 bilhão mensal também exigirá um esforço especial de expansão da base monetária, e essa questão tem sido discutida com preocupação pelas autoridades da área econômica: se de um lado, o elevado superávit comercial ajuda a resolver o gargalo externo, internamente cria problemas para a administração da política monetária.

Além da preocupação com a questão monetária, a conversão de crédito financeiro em capital de risco traz outros problemas, como a alocação dos recursos, que o Governo pretende direcionar para os setores que mais interessam ao desenvolvimento, como as exportações e equilíbrio regional, o que exigirá uma prévia negociação com as empresas interessadas.

Há, finalmente, o problema do deságio, que é elevado, girando em torno de 35%, significando que um crédito de 100 entra no Brasil como um investimento de 65, e o próprio fato da conversão que gera um desinteresse das empresas pelo investimento de risco propriamente dito, na base do argumento de que se há conversão com 35% de deságio, é preferível do que investir diretamente.

O Estado, o direito e a religião

AUSTREGESILIO DE ATHAYDE

Rio — A mobilização intensa de “lobbies” de pressão sobre a Assembleia Nacional Constituinte feita por entidades religiosas, em alguns casos por constituintes que se elegeram com o apoio de religiões, seitas ou teosofias, faz pensar que o Estado possa colocar-se a serviço de doutrinas particulares, perdendo o sentido de absoluta neutralidade em face de correntes que possam aprisioná-lo. Essa característica do Estado democrático moderno, fundado sobre princípios gerais, quanto mais latos melhor. Quanto menos intervier na ordenação da vida do povo, mormente no que diz respeito às suas convicções de ordem doutrinária, melhor será o risco de tornar sectário, interpondo-se com a força de suas leis na pragmática da vida particular dos cidadãos. Onde houver controvérsia, o conselho mais justo é o de que o estado se dispa de conceituações hegelianas e consagra a liberdade individual no âmbito menor de suas disposições legais.

Religiões e seitas tem o seu campo próprio: o corpo dos seus adeptos. A eles é que deve dirigir-se o esforço normativo, as suas regras morais, o que pode e o que não pode ser feito, em vista das bem-aventuranças e dos castigos na outra vida. Quando as lideranças religiosas pretendem que seja o Estado com as suas leis o vigia do comportamento dos cidadãos, criando obrigações cuja violação é punida no código, está de fato assumindo uma posição constrangedora para todos quantos não professam o mesmo credo. E fundando-se em seus ensinamentos teológicos, criam as diversificações características de cada doutrina, em face das quais o Estado deve manter-se apenas como regedor da liberdade de todos, de ter as suas crenças e práticas com a mínima espécie de constrangimento.

Como o trabalho da catequese está sendo cada vez mais penoso e de relativo rendimento, as lideranças religiosas ou filosóficas, consideram mais fácil transferir ao Estado o que é da sua obrigação e interesse. Vem daí a longa história das desavenças acenadas neste século, em matéria de escola e outras mais sensíveis, nas quais as igrejas esquecem que a sua autoridade e pregação devem exercer-se sobre o seu próprio rebanho, sem impor-se pela lei para que o Estado sirva à peculiaridade dos seus mandamentos. Esse é o terreno mais delicado dos direitos humanos e diz com a absoluta liberdade de consciência.

O que falta (e sobra) à Assembléia

OSNY DUARTE PEREIRA

No Brasil, o povo está vivendo um momento decisivo, para quem, por mais de cinquenta anos, acompanha com particular atenção os acontecimentos políticos, nenhuma época foi mais rica de ensinamentos.

Os povos do Terceiro Mundo tiveram um variado caminho, em que alguns avançaram mais na senda do progresso e outros menos, outros, ainda, permaneceram retidos num atraso desolador.

O que possibilitou a alguns se salientarem sobre os demais?

Afora algumas circunstâncias geográficas e do acaso, é pacífico entre os estudiosos que o principal fator resultou da resistência à exploração colonial que caracteriza o período da História, a partir dos descobrimentos. Os povos que tiveram governos fortes, com raízes populares e identidade abrangente, enfrentaram a espolição colonial e participaram, em maior grau, do processo civilizatório. Os que se dividiram em lutas tribais ou em competições fratricidas e em que uma fração se aliou ao invasor para assegurar hegemonia interior, sucumbiram e, hoje, carregam o peso da miséria e da pilhagem de seus recursos naturais.

A LIÇÃO DOS JAPONESES

Exemplo impar de resistência à dominação externa oferece o Japão. Povo pobre, sem recursos naturais importantes, fechou-se na unidade nacional. A formação de monopólios nacionais levou-o, lamentavelmente, ao imperialismo e ao militarismo expansionista. Perdeu tudo na Segunda Guerra Mundial e sofreu a destruição de sua economia.

Ocupado pelo exército norte-americano, o Pentágono, entretanto, sentiu que ali não prosperaria a receita tradicional da dominação ianque: aliança com a oligarquia local sob governos autoritários e corruptos. O povo nipônico não se submeteu e inclinou-se para a órbita socialista. A estratégia teria que ser outra.

Por incrível que pareça, o General Mark Clark e a equipe do New Deal rooseveltiano (1940-1945), em voga, aplicaram no Japão os princípios da “democracia social do capitalismo inteligente e autônomo”. Hoje, Mark Clark é o nome da principal avenida de Tóquio. Que princípios são esses?

Ditou uma nova Constituição, democrática, escrita em inglês em seu quartel, traduzida para o japonês e votada, a toque de caixa, na Dieta local. Completou-a com quatro medidas fundamentais: 1º) Reforma Agrária radical com indenização simbólica aos latifundiários; 2º) Extinção das oligarquias acambaradoras, proprietárias de grandes bancos e de trezentas e tantas empresas cada uma; oligarquias em poder das famílias Mitsui, Sumitomo e Mitsubishi. Pulverizou o capital delas, transformando-as em conglomerados de grande número de acionistas; 3º) Acabou com a indústria de material bélico; 4º) Ampliou os direitos trabalhistas e dos sindicatos livres, eliminando qualquer discriminação ideológica. Ver o livro “Made in Japan” do diretor Akio Morita da Sony a esse respeito.

Hoje, o Japão apresenta uma classe média que abrange 90% das famílias. Sofre as mazelas do capitalismo mas, de modo algum, a tragédia da fome, da miséria e da angústia provocada pela instabilidade decorrente do crime organizado e do tráfico de drogas que afligem as nações do Sudoeste Asiático e da América Latina, inclusive o Brasil. Nesses países o Pentágono recorreu sempre à política do big stick (chicote grande), recomendada por Theodor Roosevelt, no começo do século: uma oligarquia militarista corrupta impondo salários de fome para trabalhar em empresas multinacionais que monopolizam a economia do “mundo livre”. Isto é, das raposas livres nos galinheiros do Terceiro Mundo.

Quem se detiver a examinar a história do empresariado brasileiro vê melhor o que está se passando na Assembleia Nacional Constituinte.

No Brasil de hoje, o salário mínimo de 40 dólares é dos mais baixos do mundo.

O empresariado nacional já teve fases de afirmação nas quais conseguiu: 1º) derrotar Farquhar e a Itabira Iron na época de Bernardes (década de 20); 2º) construir a primeira siderúrgica nacional e vencer a United States Steel, com o Gen. Macedo Soares e Getúlio; 3º) reconhecer a necessidade de eliminar o capital estrangeiro nos bancos de depósito, com pro-

jetos de Roberto Simonsen, Abelardo Vergueiro César, José Carlos Macedo Soares, Horácio Lafer, Cardoso de Melo Neto, Cincinato Braga, Mário Ramos, Alcântara Machado, Alexandre Siciliano Júnior e outros empresários paulistas na Constituinte de 1934.

Em 1946, o debate envolveu Barbosa Lima Sobrinho, Agamenon Magalhães, Adroaldo Costa, Hermes Lima, Baeta Neves, Café Filho, Caires de Brito, 4º) Na década de 50, entre outros, os Generais Newton Estillac Leal, Horta Barbosa, Felício Cardoso, Durval Cardoso, Nelson Werneck Sodré, os parlamentares do empresariado embutido na UDN, os do PTB e do PSD, juntos com o povo, instituíram o monopólio estatal do petróleo e a Petrobrás. 5º) O Almirante Alvaro Alberto, Dagoberto Salles e outro elenco numeroso de militares e civis tornaram realidade o monopólio estatal, o beneficiamento e o comércio dos minerais nucleares, na década de 50.

6º) Derrotando a Light e a Bond and Share, Getúlio Vargas criou a Eletrobrás. 7º) João Goulart acabou com a especulação das multinacionais na compra de petróleo e instituiu o monopólio estatal nesta área. Graças a essas medidas, quando as multinacionais se assenhoraram do Governo, em 1964, encontraram um Brasil diferente dos países que não tiveram, pelo menos alguns, estadistas corajosos e lúcidos como nós. Não tão lúcidos e corajosos como os japoneses mas, de qualquer modo, superiores aos de tantos países onde não ocorreram avanços semelhantes, como são os casos do sudoeste asiático, da África, do Oriente Médio e daqui da América Latina.

O QUADRO BRASILEIRO ATUAL

Nos últimos 22 anos, no Brasil, exceto na reserva de mercado para informática, o progresso industrial foi orientado para o exterior, com plena liberdade de exploração internacional do subsolo e implantação de indústrias estrangeiras, voltadas para fora. Tais empresas exploram a mão-de-obra barata, a mais barata do mundo.

Provocaram a desorganização econômica interna com o êxodo dos campos para as periferias das cidades em busca de trabalho; além disso, os exportadores são subvencionados para tornar ainda mais baratas as mercadorias e o País, esgotado ainda por uma dívida externa em grande parte fictícia, não dispõe de recursos para escolas, hospitais, habitação e nem mesmo para suas Forças Armadas que se lastimam de baixos salários e de equipamentos e instalações obsoletos ou insuficientes.

Greves sobre greves, assaltos a supermercados e busca de alimentos, antes apenas no Nordeste, agora, inclusive em São Paulo. O tráfico de drogas se alastra. Decorridos vinte e dois anos, o empresariado nacional não tem mais figuras como Roberto Simonsen, Ermirio de Moraes (o velho), Horácio Lafer, Alexandre Siciliano, Matarazzo. Hoje, empresários dependentes das multinacionais dirigem as sociedades representativas da indústria e do comércio e desaparecem a preocupação de defesa da empresa nacional.

A reserva de mercado para defesa do desenvolvimento nacional autônomo é obra, principalmente, de alguns militares e políticos. Ignora-se a legislação de todo o mundo para a defesa da economia nacional.

A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA NO CANADÁ

No Canadá, por exemplo, 74% das empresas já eram estrangeiras na década de 70. A Foreign Investment Review Act (Lei de Inspeção dos Investimentos Estrangeiros) permitiu ao Governo limitar ou impedir a participação externa em empresas nacionais com ativos superiores a 250 mil dólares ou vendas anuais que ultrapassem a 3 milhões de dólares. Empresa canadense com ações negociadas em Bolsa, foi considerada estrangeira se, pelo menos 5% de suas ações, com direito a voto, forem adquiridas por estrangeiros.

Nos casos das empresas que não tenham capital aberto (isto é, cujas ações não sejam negociadas em Bolsa), essa participação se elevou a 20%. As empresas já instaladas, na data da publicação da lei, não podiam diversificar seus investimentos. Obrigou-se a participação do capital nacional em bancos e outras entidades financeiras, jornais e na indústria de urânio. Os recursos naturais pertencem às províncias. O Canadense destruiu de um dos mais altos padrões de vida, é segundo maior exportador de alimentos do mundo.

AS MULTINACIONAIS VISTAS DA ALEMANHA

Hans Matthofer era deputado pelo SPD (Partido

Social-Democrata) e Secretário Parlamentar de Estado do Ministério da Cooperação Econômica, na República Federal da Alemanha, e procedendo uma análise do comércio mundial, chegou a estas conclusões, publicadas na Revista Scala, nº 3, de 1974, distribuída pelo Governo Alemão:

“Em qualquer ano-base que se tome, os consórcios dos EUA retiram, cada ano, da América Latina cerca de duas vezes e meia, mais lucros do que o capital que investem. Isto significa que o proveito econômico que as multinacionais trazem através da criação de lugares de trabalho, não deve ser julgado como ajuda direta para o desenvolvimento”.

“Esta bandeira que foi içada com demasiado prazer precisa ser arriada em benefício de uma cooperação político-econômica objetiva”.

BANQUEIROS INTERNACIONAIS E CONSTITUINTE

Após a aprovação do capítulo sobre Ordem Econômica, no Anteprojeto da Subcomissão, da qual foi relator Virgíldio Senna e depois, na Comissão onde o relatório esteve a cargo do Senador Severo Gomes, ambos derrotados, e adotado o texto lavrado pela chamada “Constituinte do Hotel Carlton”, as multinacionais se consideraram vitoriosas. O Jornal do Brasil, de 04.07.87, sob o título “FMI já sabia do novo Cruzado antes do País”, transcreve trechos do Latin American Markets, de Londres, editado pelo grupo Financial Times, onde há o seguinte:

“Charles Alexander, diretor da NM Rothschild and Sons, ressaltou que o futuro do Brasil será capitalista, ocidental e democrático e disse ter confiança que, em breve, as multinacionais poderão repatriar seus dividendos no Brasil”. Prosseguiu o banqueiro:

“O Presidente José Sarney interpretou indícios de uma Assembleia Constituinte extremamente conservadora como prova de que o País está cansado de nacionalismo e de que os empresários tomaram consciência de que os investimentos estrangeiros só chegarão ao País se for adotada uma estratégia similar a das nações do Sudoeste Asiático como rota de desenvolvimento”.

O DRAMA DO SUDOESTE ASIÁTICO

No Sudoeste Asiático, a que se referiu Charles Alexander, estão Taiwan, Tailândia, Cingapura, Malásia, Filipinas e Indonésia, países de economia agrícola, petróleo em alguns deles, altas taxas de analfabetismo, dominados por oligarquias corruptas, totalmente abertos às multinacionais e sem qualquer competição de empresas nativas, países onde a economia industrial é do tipo Zona Franca de Manaus, com multinacionais que proporcionam trabalho a moças montadoras, a salário de fome, elevada mortalidade infantil e impedem a industrialização nacional.

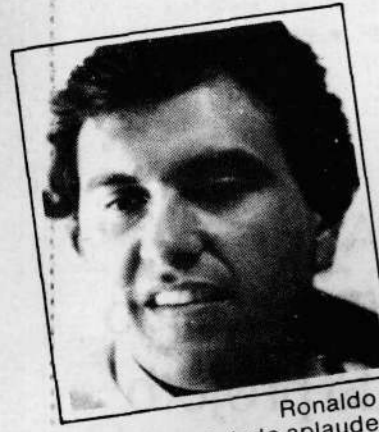
Cingapura, em 1986, teve crescimento zero. Malásia, governada por um Rei, eleito entre nove sultões. A Tailândia é o maior produtor mundial de ópio e heroína. Oligarquias riquíssimas como as dos árabes do Oriente Médio, assentadas sobre borraça natural, óleos, estanho, petróleo e ferro, sob controle multinacional e que, por isto, fornecem às estatísticas altos índices de renda per capita, não obstante a pobreza do povo.

Esta estratégia é que o Diretor da NM Rothschild prevê para o Brasil, segundo a nova Constituição e os prognósticos que seriam os do Presidente Sarney.

Como se vê, o Brasil está tomando novos e estranhos rumos.

No Hemisfério Norte, em vez de buscar, para a independência nacional, os exemplos do Japão, Canadá, Estados Unidos, França e outros que protegem suas indústrias com reserva de mercado e outros obstáculos à corrosiva competição externa, o Presidente Sarney se havia entusiasmado com a Coreia do ditador Chun Doo, diante das sedutoras descrições do senhor Roberto Campos. Entretanto, depois do que está acontecendo, pelo que informa o gerente dos Rothschild, o presidente Sarney resolveu deixar a Coreia. Agora imbicamos a nau da Constituinte rumo ao sudoeste asiático, com risco de irmos bater na Papua, Nova Guiné, ou outra ilha indicada pelo senhor Campos e como é do desejo dos constituintes do Hotel Carlton e da UDR.

(*) — Osny Duarte Pereira é desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, ex-professor de Ciência Política e autor de livros sobre a matéria.

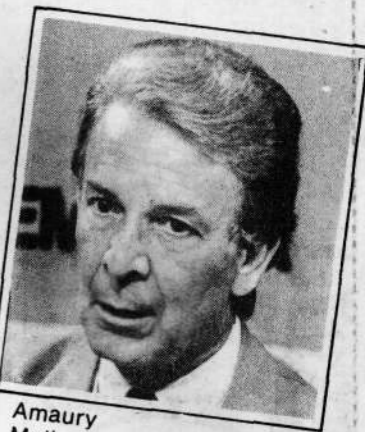


Ronaldo Caiado aplaude

UDR gostou do projeto de Cabral

— “Do jeito que está, a Constituinte atende 100 por cento das nossas propostas”, afirmou ontem o presidente nacional da UDR (União Democrática Ruralista), Ronaldo Caiado, satisfeito com o resultado da manifestação que reuniu mais de 30 mil pessoas em Brasília, anteontem. A UDR entende que o atual texto, aprovado pela Comissão de Sistematização, corresponde exatamente ao seu interesse de impedir a realização da reforma agrária.

— Temos grande capacidade de persuasão. Tanto na de forma rária quanto na Comissão de Ordem Econômica, as nossas teses foram aprovadas com voto contra foi a “esquerda de butique”. Que sabe agitar mas está despreparada para o debate — afirmou Caiado. Satisfeito com os rumos da Constituinte, mas preocupada com eventuais mudanças em plenário, a UDR entrega esta semana ao presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, um manifesto que reafirma suas posições contra a estatização, em defesa da iniciativa privada e contra a desapropriação de terras produtivas.



Amaury Muller; avanço

Para Muller progressistas obtêm vitória

A aprovação na Constituinte de projeto de decisão impedindo que a dívida externa brasileira seja transformada em capital de risco, está sendo considerado pelo deputado Amaury Muller (PDT-RS), como uma grande vitória dos progressistas e dos que não estão comprometidos com o capital multinacional. De acordo com Amaury Muller, essa medida iria transformar em economia internacionalizada, toda a economia brasileira e a Constituinte decidindo que isso não pode acontecer, abre horizontes para que se ampliem as discussões sobre a dívida externa e quais os caminhos para que o País saia das dificuldades que vem enfrentando.

A proposta de transformar em capital de risco os valores da dívida externa, vinha ganhando adeptos no Planalto e no Ministério da Fazenda, além das multinacionais que já vinham demonstrando interesse em algumas empresas, principalmente nas estatais rentáveis, como, por exemplo, a Petrobrás. Há pouco mais de um mês, o Citybank fez proposta neste sentido. A decisão da Constituinte vai, pelo menos, adiar a tomada de tal decisão pelo Governo.